

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marisa Lojas S.A. ("Controladora"), é uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão") sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível "Novo Mercado" de Governança Corporativa.

A Marisa Lojas S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Marisa"), tem como principais negócios:

- Comércio varejista e atacadista de produtos de consumo e comércio eletrônico;
- Concessão de empréstimos para pessoas físicas;
- Administração de cartão de crédito próprio e de terceiros (embandeirado), intermediação de seguros, dentre outros.

1.1 CONTRATO DE PARCERIA CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. E SAX S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Em 28 de junho de 2018, foi celebrado Contrato de Parceria ("Contrato") entre as controladas Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("Club") e SAX S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX"), que tem como objeto entre as partes: (i) a Club, enquanto representante dos clientes, contrate com a SAX operações de empréstimo/crédito por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") pelos clientes em benefício da SAX, sempre que autorizada pelos clientes por meio de cláusulas de mandato previstas nos contratos de cartão de crédito; (ii) a Club, enquanto representante da SAX, contrate as CCB's com os clientes, conforme poderes outorgados no Contrato; e (iii) a SAX financie estes clientes por meio das CCB's.

Pelo oferecimento das operações de crédito, a SAX cobrará dos clientes juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor das CCB's emitidas correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia.

Dessa forma, a partir de 1º de julho de 2018 todas as operações do Cartão Marisa registradas na Club com parcelas vencidas são migradas automaticamente para a Sax S.A., enquanto que as vendas parceladas com incidência de juros são originadas diretamente na financeira.

1.2 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2019, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras.

2. EMPRESAS CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as empresas descritas nos subitens a seguir:

2.1 CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA ("CLUB")

A Club tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa.

2.2 MAX Participações Ltda. (“MAX”)

A MAX opera como holding investindo na sociedade SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“SAX”).

2.3 SAX S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“SAX”)

A SAX tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.

2.4 REGISTRADA MARCAS, PATENTES E ROYALTIES LTDA. (“REGISTRADA”)

A Registrada opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de “royalties”, a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO

5.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A aquisição de 20% do capital total da Netpoints em abril de 2014 não caracteriza aquisição de controle e, por não atender aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, as demonstrações financeiras da Netpoints não estão sendo consolidadas.

5.2 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se nas experiências históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A elaboração das demonstrações financeiras também requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia em relação ao futuro que impactam sobre questões que são incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, estão contempladas a seguir:

5.2.1 Provisões para perdas em estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

5.2.2 Provisão para perdas em crédito

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa e empréstimos pessoais são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a eventual perda efetiva pelo seu não pagamento.

Com base nos níveis históricos de inadimplência aplica-se um percentual para cada faixa dos valores vencidos. Com a implementação do IFRS 9/CPC 48, tal critério vem sendo ampliado com a consideração de novos parâmetros incluindo avaliação por grupos homogêneos, além da inclusão dos limites dos saldos disponíveis aos clientes. Veja detalhes dos critérios na nota explicativa de adoção inicial (7.3, item b).

5.2.3 Provisões para desvalorização e obsolescência de estoques

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no período com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

Com relação a obsolescência e baixa rotatividade a Companhia realiza uma avaliação dos itens sem movimentação acima de um ano, além de análise qualitativa para identificação quanto aos itens obsoletos das suas coleções, e com base nessa avaliação, constitui uma provisão para obsolescência.

5.2.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração avalia periodicamente com base na expectativa de lucros futuros a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de amortização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

5.2.5 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação disponíveis. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

5.2.6 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas em ações e derivativos de ações, com seus funcionários, baseado no valor justo de tais instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa de tal valor justo dos pagamentos requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão desses instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

5.2.7 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração se baseia nas informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das demonstrações financeiras. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

5.2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exercer o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

5.3 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

6. DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

7. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS VIGENTES A PARTIR DE 2018 E NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES A SEREM ADOTADAS A PARTIR DE 2019

7.1 IFRS 16/CPC 06 (R2) (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019) – ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia adotará o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto da adoção inicial dessa norma sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar devido a determinadas premissas utilizadas pela Companhia, ainda estarem sujeitas a refinamentos, dentre elas:

- premissas relacionadas a taxas de descontos que levam em consideração o spread médio ponderado das dívidas atuais captadas nos últimos 12 meses, aplicados a esse spread, um percentual na curva do DI futuro. As taxas foram interpoladas e considerado um Aging para faixas diferentes do vencimento dos contratos de arrendamento. As taxas refletem no spread mencionado, o risco de crédito da Companhia e as garantias aplicáveis;
- uso de taxa de desconto real (descontando a inflação);
- fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento que foram estimadas líquidos de PIS e COFINS, com base nos valores de créditos que a Companhia espera obter de créditos desses impostos.
- Asset Specific Premium que demonstra a expectativa sobre os riscos associados ao valor do ativo, principalmente aqueles que não estão relacionados ao desempenho do locatário.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

a) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das lojas, depósitos, escritórios e outras instalações conforme descrito na nota explicativa 32.1. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Marisa Lojas S.A. reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Marisa Lojas S.A.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Marisa Lojas S.A. estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de aproximadamente R\$ 633.871 mil em 1º de janeiro de 2019, e ativo de direito de uso de R\$ 665.435 mil. A diferença entre as obrigações e o ativo trata-se de passivo já registrado de aluguéis a pagar em 31.12.2018.

b) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador

A Companhia não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

c) Transição

A Marisa Lojas S.A. pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 7 e a ICPC 03/IFRIC 4.

O Grupo também planeja aplicar os expedientes práticos previstos na norma relacionados a: (i) não segregação de componentes de não arrendamento existentes nos contratos; e (ii) aplicação de uma taxa única para bens similares.

7.2 CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A norma IFRS 15/CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia decorrem de três segmentos operacionais: (i) atuação nos segmentos varejistas de artigos de vestuários em geral e outros próprios de lojas de departamentos; (ii) oferta de produtos e prestação de serviços financeiros através da administração de cartões de crédito próprio (modalidades de “*private label*” e “*co-branded*”) e (iii) empréstimos pessoais através da controlada Sax.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

7.3 IFRS 9/CPC 48 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) em substituição a norma IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA ou como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado.

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluindo que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio do resultado.

b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia avaliou as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial, a expectativa de perdas para os próximos doze meses quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes.

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento;
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos pela Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui “indícios de perda por redução ao valor recuperável” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica “despesas com vendas”, semelhante à apresentação no CPC 38 / IAS 39.

Impacto do novo modelo de perdas por redução ao valor recuperável - Para ativos no escopo do modelo de perdas do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de valor recuperável devem aumentar e se tornar mais voláteis.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para os clientes das modalidades de cartão de crédito e empréstimo pessoal.

c) Contabilidade de hedge

A Companhia não identificou impactos decorrentes desta alteração mantendo a permanência da aplicação do IAS 39.

7.4 Apresentação dos efeitos da aplicação dos pronunciamentos

Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

	Classificação original de acordo com CPC 38 / IAS 39 em 31/12/2017		Nova Classificação de Acordo com CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018			
	Empréstimos e Recebíveis	VJR	Custo Amortizado	VJR	VJORA	VJIH
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>						
Caixa	12.636	-	12.636	-	-	-
Bancos conta movimento	28.751	-	28.751	-	-	-
<i>Aplicações Financeiras</i>						
Operações compromissadas Debêntures	-	268.230	-	268.230	-	-
Operações compromissadas CDB	-	121.819	-	121.819	-	-
Operações compromissadas CDI	-	25.918	-	25.918	-	-
Fundos de investimentos	-	180	-	180	-	-
<i>Títulos e Valores mobiliários</i>						
Bancos Bloqueio Judicial	-	21.018	21.018	-	-	-
CDB Bloqueio Judicial	-	406	406	-	-	-
Operações compromissadas	-	376	376	-	-	-
Braskem Ações	-	971	-	971	-	-
Bloqueio Judicial	-	512	512	-	-	-
Contas a receber de clientes (a)	800.797	-	793.362	-	-	-
Outros Créditos	70.858	-	70.858	-	-	-
Depósitos judiciais	106.480	-	106.480	-	-	-
Fornecedores	(353.590)	-	(353.590)	-	-	-
Empréstimos	(1.004.225)	-	(1.004.225)	-	-	-
Swap sobre empréstimos	32.139	-	-	32.139	-	-
NDF's Instrumentos financeiros derivativos (b)	-	(644)	-	-	-	(644)
Arrendamento mercantil	(252)	-	(252)	-	-	-
Total	(319.042)	438.786	(323.668)	449.257	-	(644)

- a) O saldo de 1º de janeiro de 2018 já considera o ajuste da adoção inicial no patrimônio líquido do IFRS 9 / CPC 48 referente ao *impairment* da carteira de recebíveis.

- b) O valor inclui instrumentos derivativos designados para hedge accounting que são reclassificados como valor justo – instrumentos de hedge.

Impacto no Balanço Patrimonial

	Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes IFRS 9 / CPC 48	Valores com adoção do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	457.534	-	457.534
Títulos e valores mobiliários	970	-	970
Contas a receber de clientes	800.797	(7.435)	793.362
Estoques	418.384	-	418.384
Partes relacionadas	504	-	504
Tributos a recuperar	28.788	-	28.788
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	69.477	-	69.477
Outros créditos	70.858	-	70.858
Total do Ativo Circulante	1.847.312	(7.435)	1.839.877
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	407.407	2.427	409.834
Tributos a recuperar	2.199	-	2.199
Depósitos judiciais	106.480	-	106.480
Títulos e valores mobiliários	22.312	-	22.312
Total do realizável a longo prazo	538.398	2.427	540.825
Investimentos	12.173	-	12.173
Imobilizado	311.696	-	311.696
Intangível	123.153	-	123.153
Total do ativo não circulante	985.420	2.427	987.847
TOTAL DO ATIVO	2.832.732	(5.008)	2.827.724

Impacto no Balanço Patrimonial

	Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes IFRS 9 / CPC 48	Valores com adoção do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018
Passivo Circulante			
Fornecedores	327.727	-	327.727
Fornecedores convênio	25.863	-	25.863
Empréstimos e financiamentos	581.751	-	581.751
Salários, provisões e contribuições sociais	82.428	-	82.428
Tributos a recolher	90.595	-	90.595
Alugueis a pagar	27.800	-	27.800
Instrumentos financeiros	31.495	-	31.495
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.939	-	20.939
Receita Diferida	19.800	-	19.800
Outras Obrigações	65.859	-	65.859
Total do Passivo Circulante	1.274.257	-	1.274.257
Passivo não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	422.474	-	422.474
Provisão para litígios e demandas judiciais	98.759	-	98.759

Receita Diferida	77.602	-	77.602
Total do Passivo não Circulante	598.835	-	598.835
Patrimônio Líquido			
Capital Social	899.597	-	899.597
Reserva de lucros	117.008	-	117.008
Reserva de capital	2.940	-	2.940
Ajustes de avaliação patrimonial	533	-	533
Prejuízos acumulados	(60.438)	(5.008)	(65.446)
Total do Patrimônio Líquido	959.640	-	954.632
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.832.732	(5.008)	2.827.724

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

8.1 POLÍTICA CONTÁBIL DE CAIXA E EQUIVALENTES

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

8.2 COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	10.954	12.628	10.958	12.636
Bancos conta movimento	27.012	27.457	28.861	28.751
Aplicações Financeiras (8.3)	178.674	206.246	356.916	416.147
	<u>216.640</u>	<u>246.331</u>	<u>396.735</u>	<u>457.534</u>

8.3 COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Operações compromissadas Debêntures	-	191.873	-	268.230
Operações compromissadas LAM (i)	80.253	-	107.649	-
Operações compromissadas CDB (ii)	53.173	14.193	93.294	121.819
Operações compromissadas DI (iii)	-	-	92.683	25.918
Fundos de Investimentos (iv)	45.248	180	45.248	180
Letra Financeira LF (v)	-	-	18.042	-
	<u>178.674</u>	<u>206.246</u>	<u>356.916</u>	<u>416.147</u>

- (i) Referem-se a operações compromissadas em Letra de arrendamento mercantil - LAM, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-la e do comprador (Companhia) de revendê-la a qualquer momento e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou remuneração média de 109,14% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,88% em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Referem-se as aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou remuneração média de 99,46% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,41% em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) Referem-se as aplicações em CDI – Interbancária da controlada Sax Financeira, com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou remuneração média de 97,66% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,97% em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Fundos de Investimentos de renda fixa, com classificação de baixo risco.
- (v) Referem – se a aplicação em LF adquiridas no mercado secundário com remuneração média de 101,46% CDI.

8.4 COMPOSIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos Bloqueio Judicial – conta corrente (a)	763	18.630	844	21.018
CDB Bloqueio Judicial (b)	207	305	337	406
Operações compromissadas (c)	-	240	-	376
Fundos de Investimentos (d)	73.647	-	74.565	-
Aplicações em CDB (e)	-	-	20.367	-
Braskem Ações	1.029	971	1.029	971
Bloqueio Judicial – outros (f)	509	509	590	512
	<u>76.155</u>	<u>20.655</u>	<u>97.732</u>	<u>23.283</u>
Ativo circulante	1.029	971	1.029	971
Ativo não circulante	<u>75.126</u>	<u>19.684</u>	<u>96.703</u>	<u>22.312</u>
	<u>76.155</u>	<u>20.655</u>	<u>97.732</u>	<u>23.283</u>

(a) Referem-se aos saldos em conta corrente dados em garantia a processos judiciais com o Banco.

(b) Aplicações em Certificados de Depósito Bancário – CDB dados em garantia em processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou remuneração média de 98,77% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,10% em 31 de dezembro de 2017).

(c) Refere-se a operação compromissada em debêntures, com rendimento médio dados em garantia em processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou remuneração média de 77,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,51% em 31 de dezembro de 2017).

(d) Fundos de Investimentos dados em garantia das operações com Debêntures relativas a 4ª emissão no valor de R\$ 41.047 mil e a operação de *co-branded* com o Itaú Unibanco no valor de R\$ 32.600 mil.

- (e) Referem-se as aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB dados em garantia na operação de FRN Santander. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou remuneração média de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (f) Refere – se aos saldos em aplicações financeiras dados em garantia a processos judiciais.

8.5 RISCO DE CRÉDITO

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa e aplicações financeiras devem ser aplicados em instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Marisa e terceiros) e de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelo valor faturado, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média estimada de custo de capital da Companhia, pois o preço à vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as perdas esperadas na realização dos créditos.

9.2 COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Administradoras de cartões de crédito - terceiros (a)	113.086	149.841	113.086	149.841
Contas a receber - Cartão Marisa (b)	31.873	116.490	310.244	535.914
Cartão "co-branded" - Marisa Itaucard (c)	38.546	36.901	38.546	36.901
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	-	6.709	9.074
Operações de crédito pessoal - SAX	-	-	162.487	158.822
Reestruturação Financeira – SAX (d)	-	-	204.121	-
Outras contas a receber	5	201	19	448
Ajuste a valor presente	(3.824)	(4.092)	(3.818)	(4.092)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	-	-	(80.497)	(86.111)
	<u>179.686</u>	<u>299.341</u>	<u>750.897</u>	<u>800.797</u>

- (a) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento em até 90 dias é de 95,0% em 31 de dezembro de 2018 (96,0% em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Em dezembro de 2018, a controlada Club antecipou o pagamento de 100% do saldo em aberto junto a controladora, referente as operações do “Cartão Marisa”.
- (c) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.
- (d) Refere-se a reestruturação entre Club e Sax, conforme nota explicativa nº 1.1.
- (e) O critério de provisão do Cartão Marisa, tem como base o histórico de realização da carteira de crédito, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com razoável grau de assertividade, e atende aos conceitos da norma internacional IFRS 9/ CPC 48. Tal critério, tanto para distribuição das faixas, como para atribuição do percentual de provisão não é comparável com o utilizado para carteiras crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Res. 2682), que estabelece, entre outros o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentuais mínimos de provisão para cada faixa.

9.3 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidos em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

9.4 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(83.649)
Créditos provisionados no período	(247.457)
Créditos baixados para perda	244.995
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(86.111)
Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9	(5.008)
Créditos provisionados no período	(203.891)
Reestruturação Financeira	(26.849)
Créditos baixados para perda	241.362
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(80.497)

9.5 AGING DA CARTEIRA – CARTÃO DE CRÉDITO MARISA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes				
A vencer:				
Até 30 dias	23.638	58.438	107.571	114.688
De 31 a 60 dias	2.572	1.164	52.986	65.127
De 61 a 90 dias	1.876	54.814	40.574	57.784
De 91 a 120 dias	1.334	626	25.712	41.889
De 121 a 150 dias	868	402	15.938	30.583
De 151 a 180 dias	423	299	4.153	17.748
De 181 a 210 dias	407	268	2.709	15.336
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	755	479	6.035	25.543
Soma do saldo a vencer	31.873	116.490	255.678	368.698
Percentual sobre a carteira total	100%	100%	82,4%	68,8%
Vencidos:				
Até 30 dias	-	-	28.068	63.283
De 31 a 60 dias	-	-	6.327	24.315
De 61 a 90 dias	-	-	5.120	24.141
De 91 a 120 dias	-	-	5.442	21.059
De 121 a 150 dias	-	-	4.658	18.237
De 151 a 180 dias	-	-	4.951	16.181
Total do saldo vencidos	-	-	54.566	167.216
Percentual sobre a carteira total	-	-	17,6%	31,20%
Total dos saldos a vencer e vencidos	31.873	116.490	310.244	535.914

9.6 AGING DA CARTEIRA – EMPRÉSTIMO PESSOAL (SAX)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A vencer:		

Até 30 dias	24.794	25.037
De 31 a 60 dias	21.490	21.642
De 61 a 90 dias	16.631	16.855
De 91 a 180 dias	32.247	32.668
Acima de 181 dias	20.170	19.959
Soma do saldo a vencer	115.332	116.161
Percentual sobre a carteira total	71,0%	73,1%
Vencidos:		
Até 30 dias	8.407	8.743
De 31 a 60 dias	5.553	5.448
De 61 a 90 dias	5.100	4.698
De 91 a 120 dias	4.976	4.350
De 121 a 150 dias	4.656	3.886
De 151 a 180 dias	4.403	3.600
De 181 a 240 dias	7.459	6.159
De 241 a 300 dias	4.592	4.008
De 300 a 360 dias	2.009	1.769
Soma do saldo Vencidas	47.155	42.661
Percentual sobre a carteira total	29,0%	26,9%
Total dos saldos a vencer e vencidos	162.487	158.822

9.7 AGING DA CARTEIRA - REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA (SAX e CLUB)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A vencer:		
Até 30 dias	28.032	-
De 31 a 60 dias	20.245	-
De 61 a 90 dias	20.725	-
De 91 a 180 dias	47.302	-
Acima de 181 dias	26.301	-
Soma do saldo a vencer	142.605	-
Percentual sobre a carteira total	69,9%	-
Vencidos:		
Até 30 dias	19.249	-
De 31 a 60 dias	12.180	-
De 61 a 90 dias	10.577	-

De 91 a 120 dias	6.440	-
De 121 a 150 dias	7.360	-
De 151 a 180 dias	5.710	-
De 181 a 240 dias	-	-
De 241 a 300 dias	-	-
De 300 a 360 dias	-	-
Soma do saldo Vencidas	61.516	-
Percentual sobre a carteira total	30,1%	-
Total dos saldos a vencer e vencidos	204.121	-

9.7 RISCO DE CRÉDITO

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportadas por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados a área de risco e fraude, visando minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de seus clientes que considera a capacidade de pagamento através de análise de crédito.

10. ESTOQUES

10.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se a taxa média do custo de capital da Companhia.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

10.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda	383.484	365.199
Provisões para perdas dos estoques	(53.051)	(12.631)
Mercadorias para revenda, líquidas	330.433	352.568
Importação em andamento	18.121	53.934
Estoque de material de consumo e embalagem	12.745	11.882
	361.299	418.384

10.3 PROVISÃO PARA PERDAS

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(12.631)
Provisão constituída	(59.587)
Baixa de provisão	19.167
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(53.051)

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

11.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados as atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não são contabilizados nos custos dos estoques e a Companhia adota os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

11.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços – ICMS	10.759	7.402	10.759	7.402
Imposto de renda sobre aplicação financeira	6.407	7.239	7.983	7.898
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	292	-	3.980	1.313
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (a)	705.252	41	710.905	6.966
Programa de Integração Social - PIS (a)	153.366	9	154.821	1.513
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	3.059	2.849	3.059	2.849
Outros	4.766	3.120	4.765	3.046
	<u>883.901</u>	<u>20.660</u>	<u>896.272</u>	<u>30.987</u>
Ativo circulante	335.772	18.461	348.143	28.788
Ativo não circulante	548.129	2.199	548.129	2.199
	<u>883.901</u>	<u>20.660</u>	<u>896.272</u>	<u>30.987</u>

- (a) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) em janeiro de 2015, e obteve decisão favorável através da concessão de antecipação de tutela, para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em março deste ano, a Companhia obteve o trânsito em julgado dessa medida judicial, e reconheceu o ativo nos valores da seguinte forma:

- Referente ao período de janeiro a junho de 2015, o reconhecimento e contabilização se deram em março de 2018, que em 30 de setembro de 2018 totaliza o montante total de R\$33.370 (incluindo atualização monetária);
- Para o período de dezembro de 2014, o ativo foi reconhecido e contabilizado no valor de R\$13.823 (incluindo atualização monetária) em setembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia obteve decisão favorável em Tribunal Superior, no sentido de reconhecer seu direito de recuperar valores recolhidos indevidamente de PIS/COFINS-Importação do período de 2008 a 2013, incidentes sobre o ICMS e as próprias contribuições que compuseram as suas bases de cálculo das operações de importação de mercadorias para revenda. A Companhia realizou os levantamentos e reconheceu os valores relativos ao período de 2011 a 2013, no valor de R\$9.073 (incluindo atualização

monetária) em setembro de 2018. Em complemento ao levantamento dos créditos, a Companhia reconheceu em setembro de 2018 o valor de R\$31.016 (incluindo R\$ 12.512 de atualização monetária) relativos ao período de 2014 a 2018.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos fiscais extemporâneos relativos a: (i) PIS/COFINS calculados sobre as receitas de subvenção governamental de ICMS, no valor de R\$11.443; e (ii) Exclusão de despesas de condomínio e fundo de promoção da base de cálculo de PIS/COFINS, no valor de R\$24.582.

Em novembro de 2018, a Companhia obteve êxito em ação judicial (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado, garantindo a Companhia o direito de reaver, mediante compensação, os valores já recolhidos e não prescritos, devidamente corrigidos. O impacto foi finalizado e seu total corresponde a R\$ 801.260 mil, os quais aguardam homologação da habilitação perante a Receita Federal.

Em dezembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos fiscais extemporâneos relativos a PIS/COFINS relativos a exclusão de despesas de IPTU da base de cálculo de PIS/COFINS, no valor de R\$5.098 mil.

11.3 PLANO DE COMPENSAÇÃO DO PIS E COFINS A RECUPERAR

Sobre os saldos reconhecidos de PIS e COFINS informados na nota 11.2 (a) que perfazem o total R\$ 858.618 mil na controladora, R\$57.358mil (referente a dezembro de 2014, e janeiro a junho de 2015) já possuem a homologação proferida pela Secretaria da Receita Federal, e a Companhia está realizando sua compensação através de PERDCOMP.

O Crédito Fiscal reconhecido no último trimestre de 2018 no valor de R\$ 801.260 mil teve seu pedido de habilitação executado e a Companhia aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para que então possa compensar os valores por meio de PERDCOMP com outros tributos federais.

A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de Pis e Cofins, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício, e a expectativa de realização dos saldos dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, podem ser observados no quadro abaixo:

CREDITOS – EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo em 31 de dezembro 2018 dos créditos habilitados	57.358	-
Créditos aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal	254.852	546.408
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>312.210</u>	<u>546.408</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 POLÍTICA CONTÁBIL

12.1.1 Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

12.1.3 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Periodicamente a Companhia revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da controladora e de suas controladas. Na revisão das estimativas da Controladora referente aos saldos de ativos fiscais diferidos do exercício findo em 31.12.2018, a Companhia observou que um dos fatores mais relevantes para fins orçamentários é com relação a elaboração das projeções de receita, que tem apresentado resultados abaixo do orçado nos últimos exercícios.

Diante disso, a Companhia entende que o histórico de prejuízos recorrentes se tornou a evidência mais substancial para determinar se ativos fiscais diferidos são realizáveis na medida em que existirão resultados tributáveis futuros, já que as metas para alcançar lucros fiscais não estão sendo atingidas. Dessa forma a Companhia decidiu por realizar a baixa integral do prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social, bem como as diferenças temporárias da Controladora Marisa S.A conforme evidenciado na nota 12.2.

12.2 BASE DE CÁLCULO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

O saldo de Imposto de Renda Diferido ativo inclui o efeito dos prejuízos fiscais e da base negativa de Contribuição Social da Marisa Lojas S.A., que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal	197.078	210.027	206.606	210.027
Base negativa de CSLL	70.948	75.610	74.378	75.610
Receita diferida – parcerias	-	-	26.385	32.442
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	21.642	23.124
Provisão para litígios e demandas judiciais	29.940	29.473	34.810	34.017
Provisão para perdas nos estoques	16.788	4.295	16.788	4.295
Provisões contas a pagar	33.336	-	34.966	-
Remuneração variável	2.337	6.060	2.427	6.207
Comissão de cartões	-	-	870	-
Provisão de aluguéis	3.736	2.667	3.736	2.667
Ajuste a valor presente	873	713	(971)	713
Provisão para perdas (ganhos) de swap	281	4.329	281	10.928
Provisão para perdas (ganhos) de hedge accounting	304	(274)	304	(274)
Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 - Perdas esperadas	-	-	4.742	-
Outros	5.086	5.858	3.783	7.651
Baixa de Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base Negativa	(268.026)	-	(268.026)	-
Baixa de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(92.377)	-	(92.377)	-
	<u>304</u>	<u>338.758</u>	<u>70.344</u>	<u>407.407</u>

12.3 MOVIMENTAÇÕES DOS IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	307.112	371.852
Adições	64.047	67.768
Baixas	(32.401)	(32.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	338.758	407.407
Adições	48.103	53.085
Baixas	(386.557)	(392.575)
Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9	-	2.427
Saldo em 31 de dezembro de 2018	304	70.344

12.4 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

A Companhia possui ativos fiscais não reconhecidos e ativos que foram baixados em 2018, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

12.4.1 Composição dos valores de ativos fiscais não reconhecidos e seus efeitos tributários

	2018		2017	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	271.698	92.377	157.046	53.396
Prejuízos fiscais acumulados	760.716	258.643	920.223	312.876
	<u>1.032.414</u>	<u>351.021</u>	<u>1.077.269</u>	<u>366.271</u>

12.5 CONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	493.913	(95.560)	553.248	(8.559)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(167.930)	34.490	(188.104)	2.910
Multas sobre autos de infração	(445)		(573)	
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	22.358	35.338	-	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira				
Sax	-	-	(11.152)	(8.252)
Outras adições permanentes	4.216	(5.467)	(3.068)	(13.344)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	2.705	2.897
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(944)	(1.015)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais do período, para os quais não foram registrados ou foram baixados no período, em virtude de haver evidências sobre sua realização:				
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa	54.266	-	54.266	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias, para os quais não foram registrados ou foram baixados no período, em virtude de não haver evidências sobre sua realização:				-
Diferenças temporárias	(43.518)	-	(43.518)	-
Prejuízos fiscais e base negativa (Reversão)	(334.497)	-	(334.497)	-
Efeito de reversão do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	-	(27.239)	-	(7.836)
	<u>(465.550)</u>	<u>35.122</u>	<u>(524.885)</u>	<u>(51.879)</u>
Imposto de renda e contribuição social efetivos				
Correntes	(126.518)	-	(184.816)	(90.911)
Diferidos	(339.032)	35.122	(340.069)	39.032
	<u>(465.550)</u>	<u>35.122</u>	<u>(524.885)</u>	<u>(51.879)</u>

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia aplica as normas contábeis relativas a Partes Relacionadas na identificação e contabilização das transações com partes relacionadas; saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e tais partes relacionadas, e na determinação das divulgações a serem feitas acerca dessas transações.

Tais transações e saldos existentes com outras entidades de grupo são divulgadas em destaque nas demonstrações financeiras. Transações e saldos intercompanhias existentes são eliminados, exceto em relação àqueles entre a entidade (enquanto investidora) e suas controladas, as quais são mensuradas e registradas pelo valor justo por meio de resultado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

A demonstração do resultado e o balanço patrimonial da entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações entre as mesmas. A mera existência do relacionamento pode ser suficiente para afetar as transações da entidade com outras partes.

Em sua operação regular, a Marisa Lojas S.A. possui transações com entidades do mesmo grupo econômico, destacam-se:

- Operações de venda a prazo no cartão de crédito, comercialização de seguros e outros serviços, assim como concessão de empréstimos pessoais são realizados nas dependências das lojas Marisa;
- As despesas administrativas do grupo incorridas são compartilhadas entre as entidades e posteriormente rateadas, respeitando a vigência dos contratos firmados entre as partes;
- Aluguéis devidos pela Companhia a empresas do grupo;
- Adiantamentos recebidos com posterior distribuição de dividendos.

13.2 COMPOSIÇÃO

13.2.1 Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo circulante:</u>				
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda	21.673	21.406	-	-
Sax S.A- Crédito, Financiamento e Investimento	5.086	4.565	-	-
Plano de Retenção para Diretoria Estatutária	-	504	-	504
	<u>26.759</u>	<u>26.475</u>	<u>-</u>	<u>504</u>
<u>Passivo circulante:</u>				
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda	8.683	7.864	-	-
Due Mille Participações Ltda.	1	-	-	-
Adiantamento de partes relacionadas	2.369	-	-	-
	<u>11.053</u>	<u>7.864</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Resultado:</u>				
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A.	600	600	-	-
	<u>600</u>	<u>600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

13.2.2 Composição das operações com outras partes relacionadas – transações não consolidadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e partes relacionadas as quais não foram eliminadas em acordo as normativas contábeis requeridas para partes relacionadas não controladas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Passivo circulante:</u>		
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil	41	-
	<u>41</u>	<u>-</u>
<u>Resultado:</u>		
Mareasa Participações	-	282
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil	40.806	36.029
	<u>40.806</u>	<u>36.311</u>

13.3 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas”, na

demonstração do resultado. Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 27 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$18.464 para o exercício social de 2018 (R\$18.900 para o exercício de 2017).

	Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	1.021	885
Diretoria	5.572	5.656
Benefícios de curto prazo	264	132
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	(188)	1.467
	<u>6.669</u>	<u>8.140</u>

14. INVESTIMENTOS

14.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As participações em sociedades controladas e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia. Para a aplicação do método da equivalência patrimonial na coligada Netpoints, a Companhia utiliza a demonstração contábil mais recente, respeitando o limite de dois meses e, até a data da divulgação das demonstrações financeiras, não houve eventos significativos que afetassem os números divulgados.

14.2 COMPOSIÇÃO

Controladora - 31/12/2018							
	Participação %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	619.458	382.212	237.246	1.139	237.247	1.138
Max	99,99	127.258	210	127.048	56.380	127.048	56.380
Registrada	99,99	9.842	277	9.565	7.013	9.565	7.013
						<u>373.860</u>	<u>64.532</u>

Controladora - 31/12/2017							
	Participação %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	895.867	655.269	240.598	55.340	240.598	55.340

Max	99,99	106.392	205	106.187	41.087	106.187	41.087
Registrada	99,99	8.183	232	2.552	7.507	2.552	7.507
Ágio Netpoints						12.173	-
						<u>361.510</u>	<u>103.934</u>

Consolidado - 31/12/2018

	Participação %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	23,87	27.058	44.361	(17.303)	959	-	-
						-	-

Consolidado - 31/12/2017

	Participação %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Prejuízo Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	23,87	24.882	47.403	(22.521)	(6.638)	-	-
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	12.173	-
						<u>12.173</u>	<u>-</u>

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia realizou a baixa ao valor recuperável do ágio da Netpoints no valor de R\$11.219. A diferença de R\$955 foi reclassificada para a rubrica “Outros créditos”, no ativo circulante, devido a uma proposta de alienação do investimento e que a Companhia pretendia concretizar dentro de doze meses. Tal evento ocorreu em 1º de fevereiro, conforme divulgado na nota explicativa nº 37.2.

14.3 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTRAS EMPRESAS

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	361.510	428.944
Participação no resultado das controladas	64.532	103.934
Baixa de ágio Netpoints	(12.173)	(5.378)
Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9	(5.008)	-
Dividendos recebidos	(35.000)	(165.990)
Saldo no fim do período	<u>373.860</u>	<u>361.510</u>

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

15.1 POLÍTICA CONTÁBIL

15.1.1 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

15.1.2 Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

15.1.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC's), os quais correspondem a cada uma das lojas.

15.2 COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

Controladora -31/12/2018			Controladora – 31/12/2017		
Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido

Instalações	311.778	(225.739)	86.039	315.662	(204.671)	110.991
Benfeitorias em imóveis de terceiros	769.954	(718.380)	51.575	777.522	(689.438)	88.084
Equipamentos de informática	126.908	(114.064)	12.844	126.177	(107.186)	18.991
Móveis e utensílios	247.614	(180.216)	67.398	248.206	(162.563)	85.643
Outros imobilizados	5.853	(3.835)	2.018	6.540	(3.597)	2.943
	<u>1.462.108</u>	<u>(1.242.234)</u>	<u>219.874</u>	<u>1.474.107</u>	<u>(1.167.455)</u>	<u>306.652</u>

	Consolidado -31/12/2018			Consolidado – 31/12/2017		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	312.282	(226.044)	86.238	316.135	(204.930)	111.205
Benfeitorias em imóveis de terceiros	770.821	(719.013)	51.808	778.389	(689.988)	88.401
Equipamentos de informática	135.530	(119.772)	15.759	134.545	(111.568)	22.977
Móveis e utensílios	249.160	(181.509)	67.651	249.693	(163.755)	85.938
Outros imobilizados	6.348	(4.164)	2.184	7.037	(3.862)	3.175
	<u>1.474.141</u>	<u>(1.250.502)</u>	<u>223.640</u>	<u>1.485.799</u>	<u>(1.174.103)</u>	<u>311.696</u>

15.3 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO IMOBILIZADO

	Tx Média Anual %	Controladora				
		31/12/2017	Adições	Baixas	Prov. Red. Vr. Recuperável	31/12/2018
Instalações	10	110.991	5.585	(1.345)	(4.554)	86.039
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	88.084	6.662	(316)	(4.697)	51.575
Equipamentos de Informática	20	18.991	2.300	(10)	(177)	12.844
Móveis e Utensílios	10	85.643	6.846	(839)	(3.830)	67.398
Outros Imobilizados	10	2.943	1.100	(682)	(731)	2.018
		<u>(306.652)</u>	<u>22.493</u>	<u>(3.192)</u>	<u>(13.988)</u>	<u>219.874</u>

	Tx Média Anual %	Controladora				
		31/12/2016	Adições	Baixas	Prov. Red. Vr. Recuperável	31/12/2017
Instalações	10	138.913	3.836	(5.347)	-	110.991

Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	133.436	7.881	(3.795)	-	(49.438)	88.084
Equipamentos de Informática	20	25.286	3.910	(12)	-	(10.193)	18.991
Móveis e Utensílios	10	100.909	7.700	(669)	-	(22.297)	85.643
Outros Imobilizados	10	3.940	259	(532)	-	(724)	2.943
		<u>402.484</u>	<u>23.586</u>	<u>(10.355)</u>	<u>-</u>	<u>(109.063)</u>	<u>306.652</u>

(a) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os exercícios.

15.4 COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

	Controladora – 31/12/2018			Controladora – 31/12/2017		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	293.085	(196.541)	96.544	258.156	(159.148)	99.008
Fundo de comércio (a)	68.787	(58.870)	9.917	69.588	(56.176)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	25.983	(22.719)	3.264	26.062	(21.276)	4.786
Outros intangíveis (c)	62	-	62	62	-	62
	<u>387.917</u>	<u>(278.131)</u>	<u>109.787</u>	<u>353.868</u>	<u>(236.600)</u>	<u>117.268</u>

	Consolidado – 31/12/2018			Consolidado – 31/12/2017		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	310.955	(206.735)	104.220	272.421	(167.533)	104.888
Fundo de comércio (a)	68.788	(58.870)	9.918	69.588	(56.176)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	40.209	(36.945)	3.623	40.287	(35.502)	4.785
Outros intangíveis (c)	68	-	68	68	-	68
	<u>420.019</u>	<u>(302.551)</u>	<u>119.238</u>	<u>382.364</u>	<u>(259.211)</u>	<u>123.153</u>

15.5 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO INTANGÍVEL

	Tx média anual %	Controladora				
		31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2018
Software	20	99.008	34.995	(1)	(37.458)	96.544
Fundo de comércio (a)	(b)	13.412	-	(60)	(3.435)	9.917
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	4.786	-	(31)	(1.491)	3.264
Outros intangíveis	(c)	62	-	-	-	62
		<u>117.268</u>	<u>34.995</u>	<u>(92)</u>	<u>(42.384)</u>	<u>109.787</u>

	Tx média anual %	Controladora				
		31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2017
Software	20	110.553	24.480	(11)	(36.014)	99.008

Fundo de comércio (a)	(b)	17.850	-	(133)	(4.305)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	6.538	-	(44)	(1.708)	4.786
Outros intangíveis	(c)	60	2	-	-	62
		<u>135.001</u>	<u>24.482</u>	<u>(188)</u>	<u>(42.027)</u>	<u>117.268</u>

	Tx média anual %	Consolidado				31/12/2018
		31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	
Software	20	104.888	38.792	(1)	(39.459)	104.220
Fundo de comércio (a)	(b)	13.412	-	(60)	(3.435)	9.917
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	4.785	-	(31)	(1.491)	3.263
Outros intangíveis	(c)	68	-	-	-	68
		<u>123.153</u>	<u>38.792</u>	<u>(92)</u>	<u>(44.385)</u>	<u>117.468</u>

	Tx média anual %	Consolidado				31/12/2017
		31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	
Software	20	113.836	28.416	(11)	(37.353)	104.888
Fundo de comércio (a)	(b)	17.850	-	(133)	(4.305)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	6.538	-	(44)	(1.718)	4.786
Outros intangíveis	(c)	66	2	-	-	68
		<u>138.292</u>	<u>28.416</u>	<u>(188)</u>	<u>(43.367)</u>	<u>123.153</u>

(a) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes as lojas localizadas em shoppings.

(b) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os períodos/exercícios.

(c) Outros intangíveis referem-se a Marcas e Patentes, cuja vida útil é indefinida.

16. FORNECEDORES

16.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, trazidas a valor presente com o uso do custo de capital da Companhia, considerando-se o prazo efetivo de cada operação. Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 a taxa utilizada para cálculo do Ajuste a Valor Presente de fornecedores foi de 0,63% a.m. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores (retificadora) e tem como contrapartida a conta de custo de mercadorias vendidas.

Em sua relação com seus fornecedores a companhia adota como pratica a antecipação de recebíveis. Tais operações cujo objetivo é atender necessidades de liquidez da cadeia de fornecedores são feitas ora com recursos do próprio caixa da Companhia, ora via linhas de crédito com bancos parceiros. Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

16.2 COMPOSIÇÃO

Controladora		Consolidado	
31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017

Mercadoria para revenda nacional	417.179	254.597	417.179	254.597
Mercadoria para revenda importação	57.038	75.496	57.038	75.496
Serviços	15.310	22.465	15.920	22.872
Suprimentos	3.167	2.540	3.167	2.734
Outros	1.493	1.881	1.497	1.884
Ajuste a valor presente	(4.578)	(3.993)	(4.578)	(3.993)
	<u>489.609</u>	<u>352.986</u>	<u>490.223</u>	<u>353.590</u>
Fornecedores	362.149	327.123	362.763	327.727
Fornecedores convênio	127.460	25.863	127.460	25.863
	<u>489.609</u>	<u>352.986</u>	<u>490.223</u>	<u>353.590</u>

O saldo registrado em "Fornecedores convênio" referem-se as antecipações feitas via instituições financeiras. A Companhia entende que essa transação tem natureza específica, mantendo o mesmo prazo de vencimento e valores envolvidos nas transações comerciais com os fornecedores, apesar disso, classificamos separadamente da rubrica "Fornecedores".

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

17.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os saldos dos empréstimos são reconhecidos inicialmente pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. Tais títulos possuem diferentes níveis de garantia de acordo com as emissões, assim como programa de amortização variável. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição.

Os contratos de arrendamento são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil econômica do ativo.

17.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Efetiva
Passivo Circulante:			
Debêntures	105.703	302.918	(a)
BNDES	-	22.114	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP

Resolução nº 4131 (c)	71.401	55.060	Juros de 100% e CDI + 1,84 a.a + variação % USD + 3,57% (b)
FRN Votorantim (e)	26.572	-	Juros 100% da CDI + 1,90%a.a + variação % USD + 3,70%
Finame	3.016	4.189	Juros de 2,6% a 8,70% a.a.
FINEP	3.497	153	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	-	252	Juros de 1,97% a.a. + CDI (b)
Total passivo circulante	210.189	384.686	
Passivo não circulante:			
Debêntures	343.608	148.971	(a)
BNDES	-	73.663	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP
Finame	4.492	7.439	Juros de 2,6% a 8,7% a.a.
FINEP	12.855	9.792	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Total passivo não circulante	360.955	239.865	
Total Passivo	571.144	624.551	

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Passivo Circulante:			Taxa Efetiva
Debêntures	105.703	302.918	(a)
NP Safra	72.235	-	Juros de 113,5% a 119,7% do CDI (b)
Capital de Giro	31.355	35.972	Juros de 123,0% a 129,9 do CDI (b)
Resolução n.º 2770 (c) + CCB	-	41.178	Juros de 123,8% do CDI + 1,85%a.a (b)
Resolução n.º 4131 (c)	71.401	171.161	Juros de 100% e CDI + 1,84 a.a + variação % USD + 3,57% (b)
FRN Santander	56.256	2.560	Juros de 122,76% a.a.do CDI (b)
FRN Votorantim (e)	26.572	-	Juros 100% da CDI + 1,90%a.a + variação % USD + 3,70%
BNDES	-	22.114	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP
Finame	3.024	4.197	Juros de 2,6% a 8,7% a.a.
FINEP	3.497	153	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	1.346	1.498	Juros de 1,60% a 1,84% a.a. + CDI (b)
Total passivo circulante	371.389	581.751	
Passivo não circulante:			
Debêntures	343.608	148.971	(a)
BNDES	-	73.663	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP
LF BANCO ABC	26.773	-	Juros de 123% CDI (c)
NP Safra	36.577	101.074	Juros de 119,70% a.a.do CDI (b)
Letra de Cambio – XP			Juros de 120 a 124% CDI
Investimentos (d)	193.643	-	
FRN Santander	26.667	80.000	Juros de 122,76% do CDI (b)
Finame	4.517	7.471	Juros de 2,6% a 8,7% a.a.
FINEP	12.855	9.792	Juros de TJLP + 4,000% a.a.
Arrendamento mercantil	302	1.503	Juros de 1,60% a 1,94% a.a. + CDI (b)
Total passivo não circulante	644.942	422.474	
Total Passivo	1.016.331	1.004.225	

- (a) Refere - se a debêntures de 3ª emissão, 1ª e 2ª séries e 4ª emissão série única com taxas de 111,25% CDI, 112% CDI 100% CDI 1,95% a.a. respectivamente.
- (b) Na mesma data da captação desses recursos, a controladora contratou operações de swap com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré-fixada de 1,84% +100% CDI.
- (c) Refere-se a uma captação de recursos financeiros emitida pela Sax Financeira na instituição Banco ABC com taxa de 123,00% do CDI, operação em 15 de fevereiro de 2018 com vencimento em 17 de fevereiro de 2020.
- (d) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Letras de Câmbio (LC) negociadas através da Instituição Financeira XP Investimentos com prazos de 2 e 3 anos. Juros de 120% do CDI para vencimentos em 2 anos, e Juros de 123% do CDI para vencimento em 3 anos.
- (e) Na mesma data de captação desses recursos, a controladora contratou operação de Swap com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré-fixada de 1,90% a.a. + 100% CDI.

17.3 DEBÊNTURES

Debêntures não conversíveis	Principal R\$	Data de emissão	Vencimento final		Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
							31/12/2018	31/12/2017
1ª emissão	300.000	21/06/2011	21/06/2018	(i)	300	111,95% CDI	-	300.000
3ª emissão - 1ª série	50.000	25/04/2014	25/04/2019	(ii)	5.000	111,25% CDI	50.000	50.000
3ª emissão - 2ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2021	(iii)	10.000	112,00% CDI	100.000	100.000
4ª emissão	300.000	21/06/2018	21/06/2021	(iv)	300.000	CDI+1,95%a.a.	300.000	-
Total do principal							450.000	450.000
Custos de transação a apropriar							(3.097)	(615)
Juros a pagar							2.409	2.504
Total debêntures							449.311	451.889
Passivo circulante							105.703	302.918
Passivo não circulante							343.608	148.971

- (i) A amortização da primeira emissão de debêntures foi efetuada em 21/06/2018.
- (ii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 1ª Série será integralmente na data de vencimento das debêntures, ou seja, em 25 de abril de 2019. Em 29 de julho de 2015, a Companhia promoveu uma oferta de aquisição facultativa para recomprar suas 5.000 debêntures da 1ª Série da 3ª emissão, por preço não superior ao valor unitário nominal de cada debênture, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a data do pagamento da última remuneração, conforme respectivas escrituras de emissão, e posterior cancelamento. A Companhia poderá revendê-la a qualquer momento sem perda de rendimento.
- (iii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 2ª Série será em duas parcelas de: (i) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série ao final do sexto ano a contar da Data de Emissão, portanto em 25 de abril de 2020; (ii) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série na data de vencimento das debêntures da 2ª Série, portanto em 25 de abril de 2021.
- (iv) 4ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de 3 anos contados da data de emissão com remuneração de 100% do CDI + 1,95%. Adicionalmente as debêntures serão amortizadas mensalmente a partir de 20/09/2019.

17.4 MOVIMENTAÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora						
	31/12/2017	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	31/12/2018
Debêntures	451.889	297.962	(300.000)	34.747	(35.287)	449.311
Resolução n.º 4131 (d)	55.060	90.000	(80.736)	12.816	(5.739)	71.401
BNDES	95.777	-	(96.318)	2.566	(2.025)	-
Finame	11.628	-	(4.109)	430	(441)	7.508
FRN Votorantim	-	25.000	-	1.572	-	26.572
FINEP	9.945	7.419	(1.284)	1.541	(1.269)	16.352
Arrendamento mercantil	252	-	(251)	5	(6)	-
	<u>624.551</u>	<u>420.381</u>	<u>(482.697)</u>	<u>53.677</u>	<u>(44.767)</u>	<u>571.144</u>

Consolidado						
	31/12/2017	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	31/12/2018
Debêntures	451.889	297.962	(300.000)	34.747	(35.287)	449.311
Capital de Giro	35.972	30.000	(35.150)	3.550	(3.017)	31.355
LF Banco Abc	-	25.050	-	1.723	-	26.773
Resolução n.º 2770	41.178	38.902	(86.729)	7.510	(861)	-
Resolução n.º 4131	171.161	90.000	(191.906)	10.597	(8.451)	71.401
NP Safra	101.074	-	-	7.738	-	108.812
FRN Santander	82.560	-	-	7.296	(6.933)	82.923
FRN Votorantim	-	25.000	-	1.572	-	26.572
Letra cambio XP Invest.	-	189.514	-	4.129	-	193.643
BNDES	95.777	-	(96.318)	2.566	(2.025)	-
Finame	11.668	1	(4.114)	430	(444)	7.541
FINEP	9.945	7.419	(1.285)	1.542	(1.269)	16.352
Arrendamento mercantil	3.001	-	(1.345)	209	(217)	1.648
	<u>1.004.225</u>	<u>703.848</u>	<u>(716.847)</u>	<u>83.609</u>	<u>(58.504)</u>	<u>1.016.331</u>

17.5 CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2020	219.064	58.897	361.049	173.112

2021	134.654	126.808	276.645	126.825
Após 2023	7.237	-	7.248	-
	<u>360.955</u>	<u>185.705</u>	<u>644.942</u>	<u>299.937</u>

17.6 CLÁUSULAS CONTRATUAIS RESTRITIVAS “COVENANTS”

Em relação às cláusulas de “covenants” financeiros, os contratos vigentes exigem da Companhia a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA (“*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”, que traduzido para o português significa: “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) em patamar inferior a 3,5 vezes. Considera-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante. Para tal cálculo considera-se o EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses.

A Companhia também monitora em bases mensais a aderência aos *covenants* não financeiros definidos para cada contrato. Tais *covenants* incluem nível máximo de protestos de títulos relativos a operações financeiras, cumprimento do cronograma de pagamento das debêntures, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia encontra-se adimplente às cláusulas restritivas tanto financeiras quanto não financeiras vigentes nos contratos.

18. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

18.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

18.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Férias	38.719	36.899	40.845	38.963
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	8.918	7.865	9.338	8.286
Salários a pagar	13.050	10.622	13.569	11.102
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.305	2.379	4.547	2.642
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	2.993	2.811	3.147	2.955

Remuneração variável	6.874	17.823	7.136	18.255
Outros	363	204	343	225
	<u>75.222</u>	<u>78.603</u>	<u>78.925</u>	<u>82.428</u>

19. TRIBUTOS A RECOLHER

19.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto quando (i) quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

19.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	55.062	60.784	55.062	60.784
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	-	19.229	2.009	22.274
Programa de Integração Social – PIS	-	4.172	202	4.366
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	712	50	712	50
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	831	-	831	-
Outros	4.844	2.592	5.673	3.121
	<u>61.449</u>	<u>86.827</u>	<u>64.489</u>	<u>90.595</u>

20. RECEITA DIFERIDA E OUTRAS OBRIGAÇÕES

20.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As receitas recebidas antecipadamente de clientes que são classificadas no passivo circulante e não circulante, relativos a operações de serviços vinculados a parcerias estabelecidas com seus parceiros Itaú e Assurant, detalhadas a seguir:

20.1.1 Operação Itaú Unibanco & Marisa – cartão “co-branded”

Simultaneamente à criação do cartão de crédito Itaú/Marisa (“co-branded”) ocorrida em 2008, a Companhia, por meio da sua Controlada Club, recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 pela exclusividade e uso da base de dados de clientes da Companhia.

A Companhia e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente.

Em 29 de setembro de 2015, a Companhia e o Itaú Unibanco celebraram a renovação desta parceria para o desenvolvimento dos cartões embandeirados Itaucard Marisa – MasterCard. A parceria inicial, válida por 10 anos e que entrou em vigor em abril de 2009, foi estendida até 31 de março de 2029. Em virtude desta renovação e ampliação de prazo da parceria, a receita diferida será apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo aditamento.

Nesta operação, a Companhia e sua controlada Club, apresentaram em 31 de dezembro de 2018 garantia no valor de R\$37.642, composta por operações recebíveis de clientes Cartão Marisa – *via co-branded*, ações próprias dos acionistas majoritários e aplicações financeiras.

20.1.2 Parceria Assurant – Comercialização de Seguros e Assistência

Em 29 de março de 2017, a Companhia e suas controladas Club e Sax, renovaram sua parceria com a Assurant Seguradora S.A. e Assurant Serviços Ltda., cujo escopo é a comercialização de produtos de seguros e assistência. Os novos contratos têm o prazo de vigência de até 5 anos. Em virtude desta renovação, a controlada Club recebeu a quantia de R\$75.000 a título de antecipação, a serem diferidos e apropriados ao resultado pelo prazo do contrato. O recebimento se deu em duas parcelas iguais, a primeira em 31 de março de 2017 e a segunda em 30 de junho de 2017.

20.2 COMPOSIÇÃO RECEITA DIFERIDA

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita diferida		
Itaú Unibanco/Marisa	26.297	31.667
Anuidade Cartão Marisa	(958)	1.985
Assurant	45.883	63.750
	<u>71.222</u>	<u>97.402</u>
Passivo circulante	15.923	19.800
Passivo não circulante	55.299	77.602

71.222	97.402
--------	--------

20.3 COMPOSIÇÃO OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a pagar Itaucard	11.968	12.064	11.968	12.064
Provisão honorários advocatícios (a)	58.567	-	58.567	-
Provisões serviços de terceiros (b)	11.289	3.600	11.289	3.600
Seguros a pagar a Assurant (c)	-	-	10.907	11.434
Parceria de venda de celular ALLIED (d)	-	-	16.418	-
Outros (e)	37.426	23.682	51.859	38.761
	<u>119.250</u>	<u>39.346</u>	<u>161.008</u>	<u>65.859</u>

- (a) Refere-se a honorários a serem pagos aos advogados decorrentes substancialmente das ações relacionadas aos temas de créditos com PIS e COFINS.
- (b) Refere-se substancialmente a consultorias especializadas em realizar ações de marketing.
- (c) Refere-se repasse de comissões de seguros vendidos pela Companhia em parceria com a seguradora Assurant.
- (d) Refere-se a repasse de comissões de celulares vendidos em parceria com empresa terceira. A operação teve início em 2018.
- (e) Tratam-se de valores pulverizados que referem-se substancialmente a provisões de despesas em lojas, tais como fretes, energia, água, telefone, transportadora de valores, entre outras.

21. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEMANDAS JUDICIAIS

21.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos.

As provisões decorrentes dessas ações judiciais e processos administrativos são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis.

21.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora					31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (a)	20.402	1.304	-	-	833	22.539
IPI (b)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	8.829	124	-	-	571	9.524
Exclusão Pis/Cofins base						
Pis/Cofins	-	11.345	-	-	-	11.345
Outros riscos tributários	10.314	8	-	(1.648)	-	8.674
	62.158	12.781	-	(1.648)	1.404	74.695
Trabalhistas	24.029	9.372	(2.796)	(6.316)	(47)	24.242
Cíveis	498	917	(241)	(774)	75	475
	<u>86.685</u>	<u>23.070</u>	<u>(3.037)</u>	<u>(8.738)</u>	<u>1.432</u>	<u>99.412</u>
Depósitos Judiciais	92.037	9.387	(12.779)	-	329	88.974

	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (a)	20.402	1.304	-	-	833	22.539
IPI (b)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	8.994	124	-	-	571	9.689
Exclusão Pis/Cofins base						
Pis/Cofins	-	11.345	-	-	-	11.345
Outros riscos tributários	10.314	8	-	(1.648)	-	8.674
	62.323	12.781	-	(1.648)	1.404	74.860
Trabalhistas	26.466	11.025	(3.251)	(6.688)	261	27.813
Cíveis	9.970	15.652	(4.264)	(9.120)	(1.710)	10.528
	<u>98.759</u>	<u>39.458</u>	<u>(7.515)</u>	<u>(17.456)</u>	<u>(45)</u>	<u>113.201</u>
Depósitos Judiciais	106.480	36.725	(17.909)	-	(1.505)	123.790

- (a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.
- (b) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) com fundamento na Lei nº 4.502/54 e no CTN, e obteve decisão favorável através da concessão de tutela antecipada confirmada em sentença de primeira instância, para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída dos produtos importados do Centro de Distribuição da Companhia para comercialização/revenda.

21.3 PASSIVO CONTINGENTE TRIBUTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantinham outros processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, é classificada como perda possível, no valor de R\$655.723 (R\$735.611 em 31 de dezembro de 2017), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$108.808, sendo R\$78.867 da Controladora (R\$92.932 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$92.037 da Controladora).

22. GARANTIAS, SEGUROS GARANTIA E FIANÇAS BANCARIAS

22.1 SEGURO GARANTIA JUDICIAL

A Cia optou por realizar Seguro Garantia sobre alguns dos seus processos jurídicos, o seguro supracitado tem caráter de garantir o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, em que o tomador necessite fazer durante processos judiciais. Esta modalidade de seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da apresentação de recursos de defesa no decorrer dos processos judiciais.

Instituição Financeira	Tipo de garantia	31/12/2018	31/12/2017
Bradesco - Itaú - JTL/Fator - JTL/Austral - PMR/Tokyo - AON/Potencial - AON/Zurich	Seguro Garantia Judicial	217.570	171.213
		<u>217.570</u>	<u>171.213</u>

22.2 GARANTIAS CONCEDIDAS VIA FIANÇA BANCÁRIA

Instituição Financeira	Tipo de garantia	31/12/2018	31/12/2017
Banco Safra S.A. - Banco Votorantim - Banco Bradesco - Banco Itaú	Fianças bancárias	122.905	85.129
		<u>122.905</u>	<u>85.129</u>

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$899.597, representado por 204.085.999 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

23.1.1 COMPOSIÇÃO

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor R\$	Total de ações	%	Valor R\$	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	668.245	151.600.644	74,28	668.354	151.625.368	74,29
Mercado	236.362	52.485.355	25,72	231.243	52.460.631	25,71

<u>899.597</u>	<u>204.085.999</u>	<u>100,00</u>	<u>899.597</u>	<u>204.085.999</u>	<u>100,00</u>
----------------	--------------------	---------------	----------------	--------------------	---------------

23.1.2 AÇÕES EM TESOURARIA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2018 foi aprovado a aquisição de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria, em razão do Programa de Incentivo de Longo Prazo com ações Restritas aprovadas em AGO de 2 de dezembro de 2016. A quantidade de ações a serem adquiridas era de até 500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com prazo de 12 meses iniciando-se em 29 de março de 2018 e encerrando em 29 de março de 2019.

A Companhia havia adquirido a totalidade de 500.000 ações conforme Programa, a preço médio de R\$6,64 no período de 3 de abril de 2018 a 10 de abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha em tesouraria 194.053 ações ao preço médio de R\$6,68, totalizando R\$1.296, para atendimento ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

23.2 CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

23.3 RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2018, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 6.736 mil em virtude dos resultados apurados no referido exercício.

23.4 ABSORÇÃO DO PREJUÍZO ACUMULADO

A Companhia discutirá em AGO a aprovação da absorção dos prejuízos acumulados relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$65.446 mil por meio de reservas de lucros. Os prejuízos acumulados foram absorvidos conforme determina a lei de sociedade por ações.

23.5 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes a legislação societária brasileira, é registrado na rubrica “Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como numa obrigação legal prevista do Estatuto Social da Companhia; entretanto a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrado na rubrica “Dividendos adicionais propostos”. Em 31 de dezembro de 2017, em virtude dos prejuízos apurados, não houve proposição de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia provisionou o valor mínimo obrigatório de R\$6.736 para o pagamento de dividendos que deverá ocorrer após a aprovação na reunião do Conselho de Administração prevista para realizar-se em março de 2019. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, após a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31 de dezembro de 2018.

24. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA OU SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES “STOCK OPTIONS”

24.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Em 07 de novembro de 2017, foi celebrada nova outorga de opções para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,76 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo “Bermuda” é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais

conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 07/11/2016 e 07/11/2017. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 3,74% ao dia útil.

Em 5 de dezembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,54 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo 'Bermuda' é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 05/12/2015 e 05/12/2016. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 2,61% ao dia útil.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

24.2 DEMONSTRATIVO DA POSIÇÃO DAS OPÇÕES OUTORGADAS EM ABERTO

Outorga	Data		Quantidade - mil		Outorga Valor justo da opção	Preço de exercício	
	Início do exercício	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto		Na outorga	Atualizado IPCA
30/05/2014	22/05/2015	22/05/2020	263	7	6,29 a 9,24	12,51	15,38
05/12/2016	05/12/2018	05/12/2026	2.340	385	3,78	7,54	n/a
07/11/2017	07/11/2019	08/11/2027	721	721	5,17	7,76	n/a
			<u>3.323</u>	<u>1.113</u>			

24.3 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A movimentação ocorrida nas opções outorgadas em aberto no período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial de opções de compra de ações – mil	2.541	2.488
Emissão de opções de compra de ações – mil	-	721
Cancelamento das opções de compras de ações – mil	(569)	(668)
Saldo atual do número de opções de compra de ações - mil	<u>1.972</u>	<u>2.541</u>

24.4 MENSURAÇÃO E DESPESAS INCORRIDAS DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

O valor justo para os planos de opções de compra das ações (*stock options*) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica “Despesas operacionais”, e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital”, como segue:

Ano da outorga	Despesas incorridas até 31/12/2017	Despesas/ Cancelamentos no período	Exercícios futuros	Total
2014	66	3	1	70
2016	2.620	285	501	3.406
2017	177	1.194	2.352	3.723
	<u>2.863</u>	<u>1.481</u>	<u>2.854</u>	<u>7.198</u>

25. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO VIA AÇÕES RESTRITAS/OPÇÕES

25.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Em 02 de dezembro de 2016, foi celebrado o Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Marisa Lojas S.A., que tem como objetivo permitir a outorga de Ações Restritas às Pessoas Elegíveis selecionadas pelo Conselho da Administração. Poderão ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle.

O Conselho de administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para administração do Plano. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

A outorga de Ações Restritas é realizada anualmente ou sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente, mediante celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga.

Com propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567.

25.2 DEMONSTRATIVO DA POSIÇÃO DAS AÇÕES RESTRITAS/OPÇÕES EM ABERTO

	Data	Qtde	Estatutários		Qtde	Não estatutários	
			Valor Unit	Valor Total		Valor Unit	Valor Total
Ações Restritas	Mar/18	54.306	7,03	381.771	-	-	-
Ações Restritas	2018	645.878	7,03	4.540.523	-	-	-
Opção de Compra	Dez/18	324.429	3,78	1.226.341	21.250	3,78	80.325
				<u>6.148.635</u>			<u>80.325</u>
Ações Restritas	2017	367.818	7,03	2.585.760	-	-	-

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

26.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços financeiros no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas. As receitas decorrentes das operações de crédito são apropriadas observando-se o critério “*pro rata*”, com base no método da taxa efetiva de juros.

- **Revenda de mercadorias – operação varejo:** a Companhia opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de mercadorias, e também um canal de e-commerce. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega de mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas a vista, em dinheiro e cartão de débito, ou a prazo através de cartões de terceiros, cartão Marisa.
- **Produtos e Serviços Financeiros:** a Companhia via empresas controladas realiza operações de concessão de empréstimos pessoais, intermediação de assistências e seguros e financiamento de vendas.

26.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta:				
Vendas de mercadorias	3.076.800	3.164.703	3.076.800	3.164.703
Operações com cartão de crédito	679	-	311.313	349.110
Prestação de serviços	18.361	6.828	186.918	195.181
Operação com crédito pessoal	-	-	146.935	146.023
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(742.650)	(764.616)	(742.650)	(764.616)
Prestação de serviços	(2.247)	(700)	(31.727)	(29.350)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(183.460)	(185.474)	(183.459)	(185.474)
	<u>2.167.484</u>	<u>2.220.741</u>	<u>2.764.130</u>	<u>2.875.577</u>

27. CUSTOS DA REVENDA DE MERCADORIAS, DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo da revenda de mercadorias	(1.153.034)	(1.112.034)	(1.153.034)	(1.112.034)
Custo de operações com cartão de crédito	-	-	(110.199)	(248.662)

Custo da prestação de serviços	-	-	(193.424)	(104.633)
Custo de operações com crédito pessoal	-	-	(73.216)	(35.389)
	<u>(1.153.034)</u>	<u>(1.112.034)</u>	<u>(1.529.873)</u>	<u>(1.500.718)</u>

28. DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações financeiras de resultado da Companhia são apresentadas por função. Detalhamos a seguir os gastos por natureza das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

28.1 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal e serviços	(441.157)	(435.007)	(440.555)	(434.407)
Utilidades públicas	(82.565)	(74.550)	(82.565)	(74.550)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(355.135)	(335.460)	(355.135)	(335.460)
Outras	(47.963)	(35.974)	(44.917)	(35.974)
	<u>(926.820)</u>	<u>(880.991)</u>	<u>(923.172)</u>	<u>(880.391)</u>

28.2 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal e serviços	(173.086)	(177.621)	(221.338)	(225.791)
Utilidades públicas	(3.772)	(4.266)	(4.326)	(5.241)
Despesas locatícias e comunicação	(9.050)	(8.796)	(15.391)	(13.592)
Despesas tributárias	(1.464)	(1.392)	(1.494)	(1.412)
Outras	(13.288)	(13.067)	(14.290)	(13.703)
	<u>(200.660)</u>	<u>(205.142)</u>	<u>(256.839)</u>	<u>(259.739)</u>

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas recuperadas	550	574	3.622	8.314
Constituição (reversão) de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida (i)	(20.269)	40.452	(39.000)	23.987
Créditos fiscais (ii)	421.132	9.022	419.786	9.075
Baixa de investimentos Netpoints	(11.218)	-	(12.173)	-
Outras	(10.639)	(11.528)	(8.576)	(10.516)
	<u>379.556</u>	<u>38.520</u>	<u>363.659</u>	<u>30.860</u>

- (i) Reversão de provisões tributárias de acordo com a rubrica Provisão para litígios e demandas judiciais.
- (ii) Refere-se substancialmente a créditos de Pis /Cofins reconhecidos em 2018, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.2.

30. RESULTADO FINANCEIRO

30.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada os empréstimos com instrumento de swap, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

30.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente – fornecedores	(46.165)	(61.853)	(46.165)	(61.853)
Perda em 'swap'	7.416	(3.631)	6.025	(11.560)
Juros	(50.694)	(64.727)	(66.041)	(73.644)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	156	(72)	156	(72)
Despesas bancárias	(5.305)	(4.338)	(6.147)	(4.803)
Variação cambial empréstimos	(9.628)	(736)	(8.325)	(2.399)
Variação monetária passiva	(1.404)	(1.958)	(1.404)	(1.958)
Descontos concedidos	(50)	(26)	(8.583)	(9.749)
Outras	(2.738)	(1.458)	(2.764)	(2.055)
	<u>(108.410)</u>	<u>(138.799)</u>	<u>(133.248)</u>	<u>(168.093)</u>
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	(7.729)	18.361	(3.300)	28.132
Variação monetária ativa	-	4.578	-	16.945
Descontos obtidos	533	725	544	731
Outras (i)	408.170	6	409.283	1.816
	<u>400.974</u>	<u>23.670</u>	<u>406.497</u>	<u>47.624</u>

- (I) Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 377.498 mil refere-se à correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido em dezembro de 2018, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins.

31. LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	204.085.999	204.085.999
Ações em Tesouraria	(194.053)	-
Média das ações em circulação	<u>203.891.946</u>	<u>204.085.999</u>
Lucro/Prejuízo líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	28.363	(60.112)
Prejuízo líquido por ação básico e diluído - R\$ (a)	<u>0,139108</u>	<u>(0,29454)</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2018, o preço de exercício estimado das opções de ações em aberto era superior ao preço médio de mercado das ações durante o trimestre e, portanto, não ocasionaram efeito diluidor.

32. GERENCIAMENTO DE RISCO

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Risco de mercado;
- (iii) Risco de liquidez; e
- (iv) Gestão de capital.

32.1 POLÍTICA CONTÁBIL

32.1.1 Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes de inadimplência dos clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa nº 9. Em 31 de dezembro de 2018, o montante registrado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$84.634 (R\$86.111 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas rubricas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Aplicações Financeiras”.

Veja nas notas explicativas n.º 7.3 e 9 demais explicações sobre a abordagem da Companhia.

32.1.2 Riscos de mercado

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações comerciais atuais e futuras de compras de estoque para revenda e captações de empréstimos em moeda estrangeira, realizados em dólar norte-americano.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente periodicamente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial. Atualmente, a Companhia tem como objetivo proteger 30% de suas importações com operações de hedge, utilizando contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF). Para as captações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem como objetivo proteger 100% do valor contratado através de swap cambial.

A Companhia, preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de hedge de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

a) Risco de moeda (Cambial)

A Companhia está sujeita ao risco cambial nas compras denominadas em moeda diferente de moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

a.1) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do dólar, único indexador dos passivos em moeda estrangeira operados pela Companhia e por suas controladas. Para a definição do dólar utilizado para análise de sensibilidade no cenário provável, a Companhia segue as projeções do mercado futuro da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

	Consolidado					
	Nocional US\$ (pagar)/ Receber	Cenário Provável	Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
			Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
			+25%	+50%	-25%	-50%
Derivativos designados para hedge accounting						
Objeto de hedge - Importações	(57.963)	(226.504)	283.130	339.756	169.878	113.252
Instrumento de hedge - NDF	18.851	(736)	17.674	36.083	(19.145)	(37.554)
Exposição líquida importações (i)	(39.112)	(227.240)	300.804	375.839	150.733	75.698
Derivativos designados para hedge accounting						
Objeto de hedge - Res. 4131 - Itaú Unibanco	(18.065)	(71.540)	(89.426)	(107.311)	(53.655)	(35.770)
Instrumento - swap	18.065	71.540	89.426	107.311	53.655	35.770
Exposição líquida - Res. 4131 (ii)	-	-	-	-	-	-
Objeto de hedge - FRN - Votorantim	(6.690)	(27.351)	(34.188)	(41.026)	(20.513)	(13.675)
Instrumento – swap						
Exposição líquida - FRN (iii)	6.690	27.351	34.188	41.026	20.513	13.675

	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida swap	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida total	(39.112)	(227.240)	300.804	375.839	150.733	75.698

- (i) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3,9063
(ii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3,875
(iii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3,9154

b) Risco de taxa de juros

A Companhia mantém grande parte de suas aplicações financeiras em operações atreladas ao CDI, conforme mencionado na rubrica Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro. A Administração entende que tal prática mitiga substancialmente eventuais riscos derivados de oscilações na taxa de juros de mercado.

b.1) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas, calculados com base em taxas referenciais futuras do CDI divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão:3

			Consolidado				
			Valorização do CDI		Desvalorização do CDI		
			Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto	
Risco	Saldo contábil	Cenário Provável	+25%	+50%	+25%	+50%	
Aplicações financeiras / Títulos e valores	Baixa CDI	453.619	20.002	24.997	29.972	15.048	10.116
Empréstimos/Financiamentos/ Debêntures/Swap	Alta CDI	(985.496)	(117.689)	(169.311)	(221.206)	(66.327)	(15.756)
Exposição líquida importações (i)		(562.711)	(75.654)	(94.481)	(137.269)	(56.626)	(37.667)

32.1.3 Risco de liquidez

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

32.1.4 Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os passivos registrados, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

32.2 RISCO DE LIQUIDEZ

32.2.1 Composição do vencimento dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	31/12/2018					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores / Fornecedores convênio	490.223	495.759	495.759	-	-	-
Empréstimos/financiamentos/debêntures	1.014.683	1.134.689	412.339	395.044	327.240	66.000
Arrendamento mercantil financeiro	1.648	1.731	1.359	371	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.723	-5.537	-5.537	-	-	-
	<u>1.380.595</u>	<u>1.525.635</u>	<u>823.007</u>	<u>383.758</u>	<u>309.223</u>	<u>9.647</u>
	31/12/2017					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores / Fornecedores convênio	353.590	357.583	357.583	-	-	-
Empréstimos/financiamentos/debêntures	1.004.225	1.131.095	631.770	210.507	286.806	2.012
Arrendamento mercantil financeiro	3.001	3.276	1.534	1.367	375	-
Instrumentos financeiros derivativos	32.140	35.732	35.732	-	-	-
	<u>1.390.741</u>	<u>1.527.686</u>	<u>1.026.619</u>	<u>211.874</u>	<u>287.181</u>	<u>2.012</u>

32.3 GESTÃO DE CAPITAL

32.3.1 Índices de endividamento

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	571.144	624.551	1.016.331	1.004.225
(-) Caixa e equivalentes de caixa/aplicações financeiras	(217.669)	(246.331)	(397.764)	(457.534)
Dívida líquida	353.475	378.220	618.567	546.691

Patrimônio líquido

Índice de alavancagem financeira

1.075.817	959.429	1.075.817	959.429
33%	39%	57%	57%

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

33.1 POLITICA CONTÁBIL

33.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos. Vide na nota explicativa nº 33.5 a segregação efetuada pela Companhia.

33.1.2 Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do período. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do período quando o item protegido for efetivamente realizado.

33.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

33.1.4 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

33.1.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

33.1.6 Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

33.1.7 Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

33.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NÃO DESIGNADOS COMO HEDGE ACCOUNTING

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de swap, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa pré-fixada.

Essa é uma operação que possui objetivo de proteção cambial e consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de swap contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos contratos de swaps em aberto é como segue:

31/12/2018

Vencimento	Valor de nacional	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado
jan/19	70.000	US\$	4.20% a.a.	CDI	CDI+1,84% a.a.	(1.385)	(1.385)
jun/19	25.000	US\$	5,35% a.a.	CDI	CDI+1,80% a.a.	557	557
	<u>95.000</u>					<u>(828)</u>	<u>(828)</u>

31/12/2017

Vencimento	Valor de nacional	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado
jan/18	123.342	US\$	3,17% a.a.	CDI	107,25%	-	(20.756)
mar/18	30.902	US\$	3,54% a.a.	CDI	125,80%	-	1.349
jul/18	50.000	US\$	4,31% a.a.	CDI	107,75%	(12.732)	(12.732)
	<u>204.244</u>					<u>(12.732)</u>	<u>(32.139)</u>

Com as operações de swap, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

33.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS DESIGNADOS PARA CONTABILIZAÇÃO DE PROTEÇÃO (HEDGE ACCOUNTING)

A Companhia aplica as regras de contabilidade de hedge accounting para seus instrumentos derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo desta forma o risco cambial da operação.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de hedge accounting são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco.

Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (*Non Deliverable Forward* – NDF).

33.3.1 Contratos a termo de moedas – *Non-Deliverable Forward* (“NDF”)

O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um *Non-Deliverable Forward*, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

As posições dos contratos a termo de moedas – NDF em aberto em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Vencimentos:	31/12/2018			
	Nocional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)	Objeto de hedge (US\$)
jan/19	2.431	3,9515	(176)	7.502
fev/19	3.678	3,9494	(224)	8.486
mar/19	3.548	3,9774	(283)	11.825
abr/19	1.328	4,0628	(370)	4.356
mai/19	1.449	4,0259	(156)	4.408
jun/19	3.286	3,8552	217	10.952
jul/19	2.003	3,8580	145	6.677
ago/19	520	3,9887	(22)	1.731
set/19	608	3,9972	(26)	2.027
	18.851	3,9629	(895)	57.964

Vencimentos:	Controladora e Consolidado			
	31/12/2017			
Vencimentos:	Nocional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)	Objeto de hedge (US\$)
	Nocional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)	Objeto de hedge (US\$)
jan/18	1.224	3,4983	(242)	8.812
fev/18	4.018	3,2332	404	13.452
mar/18	3.928	3,2599	255	13.093
abr/18	3.424	3,2699	226	11.412
mai/18	1.863	3,2924	100	6.179
jun/18	2.019	3,3793	(42)	6.728

jul/18	2.663	3,3904	(57)	8.876
	19.139	3,9127	644	68.552

33.3.2 Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Patrimônio Líquido	
	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:		
Riscos de moeda	(1.703)	807
IR/CS diferidos sobre perdas	579	(274)
Resultado líquido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.124)	533
Resultado líquido reconhecidos no período	(1.124)	6.748
Resultado líquido reconhecidos em períodos anteriores	533	(6.215)
	(591)	533

33.4 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos (swap), contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Isso se deve em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica “Empréstimos, financiamentos e debêntures”, que é atualizada monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

As operações de NDF's são precificadas pelo valor de mercado enquanto as operações de swap financeiros são valorizadas segundo o valor justo (IFRS 9).

Especificamente nesse caso, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

33.5 MENSURAÇÃO E HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

Consolidado							
31/12/2018							
		Classificação de ativos (CPC 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	VJIH	Nível 1	Nível 2
Caixa	10.954	10.954	10.954	-	-	-	10.954
Bancos conta movimento	27.012	27.012	27.012	-	-	-	27.012
Operações compromissadas Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Operações compromissadas CDB	93.294	93.294	-	93.294	-	-	93.294
Operações compromissadas CDI	92.683	92.683	-	92.683	-	-	92.683
Fundos de investimentos	45.248	45.248	-	45.248	-	-	45.248
Bancos Bloqueio Judicial	844	844	844	-	-	-	844
CDB Bloqueio Judicial	337	337	337	-	-	-	337
Operações compromissadas Fundos de Investimentos - Garantia	73.647	73.647	73.647	-	-	-	73.647
Aplicações CDB – Garantia	20.367	20.367	20.367	-	-	-	20.367
Braskem Ações	1.029	1.029	-	1.029	-	1.029	-
Bloqueio Judicial	590	590	590	-	-	-	590
Contas a receber de clientes	750.897	750.897	750.897	-	-	-	750.897
Outros créditos	52.810	52.810	52.810	-	-	-	52.810
Depósitos judiciais	123.790	123.790	123.790	-	-	-	123.790
Fornecedores	(490.223)	(490.223)	(490.223)	-	-	-	(490.223)
Empréstimos e financiamentos	(1.016.331)	(1.016.331)	(1.016.331)	-	-	-	(1.016.331)
Swap sobre empréstimos	716	716	-	716	-	-	716
NDF's	(895)	(895)	-	-	(895)	-	(895)
	(119.752)	(119.752)	(386.691)	263.121	3.818	1.029	(120.781)

Consolidado							
31/12/2017							
		Classificação de ativos (CPC 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo		
	Valor Contábil	Valor justo	Custo Amortizado	VJR	VJIH	Nível 1	Nível 2
Caixa	12.636	12.636	12.636	-	-	-	12.636
Bancos conta movimento	28.751	28.751	28.751	-	-	-	28.751
Operações compromissadas Debêntures	268.230	268.230	-	268.230	-	-	268.230
Operações compromissadas CDB	121.819	121.819	-	121.819	-	-	121.819
Operações compromissadas CDI	25.918	25.918	-	25.918	-	-	25.918
Fundos de investimentos	180	180	-	180	-	-	180
Bancos Bloqueio Judicial	21.018	21.018	21.018	-	-	-	21.018

CDB Bloqueio Judicial	406	406	406	-	-	-	406
Operações compromissadas	376	376	376	-	-	-	376
Braskem Ações	971	971	-	971	-	971	-
Bloqueio Judicial	512	512	512	-	-	-	512
Contas a receber de clientes	800.797	800.797	800.797	-	-	-	800.797
Outros créditos	70.858	70.858	70.858	-	-	-	70.858
Depósitos judiciais	106.480	106.480	106.480	-	-	-	106.480
Fornecedores	(353.590)	(353.590)	(353.590)	-	-	-	(353.590)
Empréstimos	(1.004.225)	(1.004.225)	(1.004.225)	-	-	-	(1.004.225)
Swap sobre empréstimos	32.139	32.139	-	32.139	-	-	32.139
NDF's	644	644	-	-	644	-	644
Arrendamento mercantil	(252)	(253)	(252)	-	-	-	(253)
	<u>133.668</u>	<u>133.669</u>	<u>(316.233)</u>	<u>449.257</u>	<u>644</u>	<u>971</u>	<u>132.698</u>

34. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de locação de Lojas e Centros de Distribuição, firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,24% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazo de validade mínimo de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,35% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação.

No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$164.083 (R\$156.583 para o mesmo período de 2017).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos em 31 de dezembro de 2018, totalizavam um montante de pagamentos mínimos no valor de R\$932.640. Os critérios adotados para o cálculo dos compromissos de arrendamento operacional, consideram apenas os valores e prazos constantes em contratos, critérios esses que divergem da tratativa dada pela Companhia para estimativa da adoção da norma IFRS 16, que considera expectativa de renovação contratual e também são trazidos a valor presente (vide Nota Explicativa nº 7.1). Os compromissos estão assim distribuídos:

Período/Exercício	Valor
2019	210.862
2020	175.734
2021	153.727
2022	125.408
2023 a 2032	266.909
	<u>932.640</u>

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

35.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Como forma de gerenciar suas atividades tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, relógios, com foco em consumidores da classe C e D, em lojas físicas e e-commerce.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa-Itaucard, gerenciados pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas; e, operações de crédito pessoal, sendo oferta de empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

35.2 COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO DO CONSOLIDADO

	31/12/2018			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.167.492	372.348	224.299	2.764.139
Custos do segmento	(1.153.034)	(266.640)	(110.199)	(1.529.873)
Lucro bruto	1.014.458	150.708	114.100	1.234.266
Despesas com vendas	(923.172)	-	-	(923.172)
Despesas gerais e administrativas	(200.660)	(45.013)	(11.166)	(256.839)
Outras Receitas (despesas) operacionais	379.556	(17.217)	1.320	363.659
Resultado operacional do segmento	270.182	43.478	104.254	417.914
Depreciação e amortização				(137.906)
Receitas financeiras				406.497
Despesas financeiras				(133.248)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				553.257

	31/12/2017			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.228.968	491.953	154.656	2.875.577
Custos do segmento	(1.112.033)	(325.564)	(63.121)	(1.500.718)
Lucro bruto	1.116.935	166.389	91.535	1.374.859
Despesas com vendas	(880.391)	-	-	(880.391)
Despesas gerais e administrativas	(205.233)	(40.635)	(13.871)	(259.739)
Outras despesas operacionais	38.559	(6.141)	(1.558)	30.860
Resultado operacional do segmento	69.870	119.613	76.106	265.589
Depreciação e amortização				(153.679)
Receitas financeiras				47.624
Despesas financeiras				(168.093)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(8.559)

36. COBERTURA DE SEGUROS

36.1 POLÍTICA CONTABIL

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

36.2 COMPOSIÇÃO DA COBERTURA DE SEGUROS

	31/12/2018	31/12/2017
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	219.900	219.900
Transportes	55.000	110.219
D&O - responsabilidade civil	25.000	25.000
Veículos	21.944	2.018
	<u>331.844</u>	<u>367.137</u>

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 EMISSÃO DEBÊNTURES – 5ª EMISSÃO

No dia 07 de janeiro de 2019, houve a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, da espécie com garantia real, em série única para distribuição pública com esforços restritos, da Marisa Lojas S.A., junto ao banco ITAU BBA no valor de R\$ 50.000, com taxa média de 1,90% + CDI e vencimento em 24/07/2020.

37.2 VENDA DA PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA NETPOINTS FIDELIDADE S.A.

Em 31 de outubro de 2018, a Companhia divulgou fato relevante comunicando ao mercado que, nesta data, assinou o Memorando de Entendimentos para venda de sua participação de 23,87% do capital votante na empresa Netpoints Fidelidade S.A. para a CBSM – Companhia Brasileira de Soluções de Marketing – Dotz.

A conclusão da citada operação de venda, dependia da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que aprovou a transação e os tramites de operacionalização jurídica foram finalizados em 01 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ 2.000 mil.